

Elaboração de novas medidas econômicas provoca polêmica

— Não faço mais parte do governo. E não estou participando da elaboração de nenhum plano de política econômica. Isso é tudo especulação.

Essa declaração foi feita no Rio, ontem, pelo economista André Lara Rezende, apontado como um dos autores do novo plano de estabilização econômica do governo. Fontes do Planalto garantem que as medidas poderiam ser anunciadas até mesmo segunda-feira, embora funcionários da área econômica considerem pouco provável e até “precipitado”.

Ao lado de Pêrsio Arida, André Lara Rezende participou de pelo menos duas reuniões no Palácio do Planalto. “Uma dessas reuniões era com o presidente da República. Mas não era para elaborar nenhum plano. Foi única e exclusivamente uma análise da conjuntura brasileira. E não tinha objetivo de virar plano”, garante Lara Rezende.

Pouco depois de pronunciar essas palavras, durante reunião de economistas nas dependências do Ipea, convocada para discutir a conjuntura, e da qual participavam também Edmar Bacha, Eduardo Modiano e Rogério Werneck, além de 15 outros convidados, André Lara Rezende

recebeu discretamente um bilhetinho.

Era o ministro Dilson Funaro que o procurava, por telefone, de Brasília. Trancado na sala do superintendente do Ipea, André Lara Resende conversou aproximadamente meia hora com Funaro. Ao final do telefonema, continuava insistindo em negar qualquer participação na elaboração de algum plano de política econômica.

O vaivém de assessores da Fazenda, Banco do Brasil e Banco Central — que normalmente não desperta maiores suspeitas em vésperas de um fim de semana — desta vez alimentou substancialmente o farto repertório de comentários e rumores sobre as decisões que o governo teria de adotar a curto prazo para estabilizar a economia.

Em especial, uma reunião realizada ontem em São Paulo com pessoal do Banco do Brasil e Banco Central fornecia indícios de que medidas seriam adotadas em breve na área do comércio exterior, exportações e câmbio. Participantes da reunião, porém, não forneceram muitos detalhes. “A reunião”, disse um deles, “discutiu formas de conceder linhas de crédito para exportação, necessárias para auxiliar empresas

exportadoras com dificuldades de capital de giro, uma das primeiras consequências da moratória”, explicou.

A idéia de que o governo Sarney fosse adotar imediatamente um plano a curto prazo era veementemente afastada por diversos funcionários governamentais. Um graduado assessor na Fazenda dizia, em tom categórico, ser impossível proceder agora a qualquer modificação substancial da política econômica. Ele se referia especialmente à possibilidade, bastante discutida em gabinetes do Planalto, de se adotar as OTNs como verdadeira moeda, indexando totalmente a economia.

— Precisamos de pelo menos umas três semanas para deixar que a economia se acalme, que os preços se recomponham e que também o setor público possa ajustar os seus. Só depois disso é que teríamos a possibilidade de pensar numa coisa assim — afirmou.

Um economista trabalhando para o governo acha remota a hipótese da adoção das OTN — item que, comenta-se, teria tido muita aceitação por parte de assessores próximos ao presidente Sarney —, “mas não posso excluir, pois há muita gente que não entende do assunto dando palpites no momento”, desabafou.